
CENTRO PAROQUIAL DE ALMANCIL

Nif 505.010.720

CONTAS 2025

De 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2025

Balanço **Demonstração dos resultados por natureza**

Anexo às Demonstrações de 2025

Aprovadas em Reunião de Direção de 24 de Março de 2026



Balanço

ACTIVO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		92 715.24	108 183.83
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber			
Activos por impostos diferidos			
		92 715.24	108 183.83
Activo corrente			
Inventários		4 623.28	5 069.73
Activos biológicos			
Clientes		411.25	1 419.99
Estados e outros entes públicos		3.79	1.02
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber			
Diferimentos		1 680.03	3 173.33
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		1 102 119.07	761 061.20
		1 108 837.42	770 725.27
Total do activo		1 201 552.66	878 909.10

Balanço

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
Capital próprio			
Capital subscrito			
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		627 788.76	412 039.25
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		314 301.66	215 749.51
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		942 090.42	627 788.76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar		127 495.49	121 998.52
		127 495.49	121 998.52
Passivo corrente			
Fornecedores		3 319.46	2 538.33
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		65 009.59	63 036.17
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		63 637.70	63 547.32
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		131 966.75	129 121.82
Total do passivo		259 462.24	251 120.34
Total do capital próprio e do passivo		1 201 552.66	878 909.10

Assinaturas :

Gerência / Administração

C.C.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 Ana Maria Almeida
 Helder Lourenço

[Handwritten signature]

199546665

73122

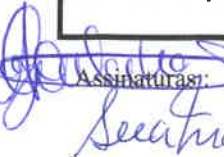

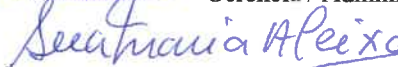
[Handwritten signature]
 Adélia Fernandes

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		241 466.07	244 743.31
Subsídios à exploração		659 811.93	482 611.84
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-29 872.57	-26 793.83
Fornecimentos e serviços externos		-49 887.78	-35 019.93
Gastos com o pessoal		-494 637.90	-430 335.78
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		419.54	414.55
Outros gastos		-75.32	-226.07
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		327 223.97	235 394.09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-19 457.09	-19 644.58
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		307 766.88	215 749.51
Juros e rendimentos similares obtidos		8 713.06	
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		316 479.94	215 749.51
Imposto sobre o rendimento do período		-2 178.28	
Resultado líquido do período		314 301.66	215 749.51

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por acção básico			

Assinaturas:  Maria Amélia
 Gerência / Administração 
 Maria Amélia

C.C.  Isabel Guarnição

199546665

 Helena Conde
 Odete Frederico

Mapa de recebimentos e pagamentos - ano 2025

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
1- Recebimentos actividade	901 697,54 €	1- Funcionamento	574 473,57 €
Jóias e quotas	- €	Pessoal	494 637,90 €
Actividades	241 466,07 €	Seguros	6 970,11 €
Doações	16 828,29 €	Rendas	0,00 €
Subsídios	642 983,64 €	Manutenção	5 790,30 €
Outros	419,54 €	Água, electricidade e gas	7 675,54 €
2- Recebimentos comerciais	- €	Representação e deslocações	1 705,00 €
		Comunicação	985,05 €
3- Recebimentos capitais	8 713,06 €	Material de escritório	860,72 €
		Higiene, segurança e conforto	3 396,77 €
4- Recebimentos prediais	- €	Despesas específicas actividades	49 460,46 €
		Outras	2 991,72 €
		2- Investimento	-5 120,84 €
		Aquisição de equipamento	3 988,50 €
		Aquisição ou construção de instalações	0,00 €
		Outras	-9 109,34 €
Total	910 410,60 €	Total	569 352,73 €

Saldo do ano anterior	761 061,20 €
Receitas	910 410,60 €
Despesas	569 352,73 €
Saldo para o ano seguinte	1 102 119,07 €

- €

PATRIMÓNIO FIXO

Mapa de Património fixo - ano de 2025

Património	
Descrição	Valor
Anos anteriores	108 183,83 €
Sub total	108 183,83 €
Ano corrente	
Equipamento	5 048,50 €
Amortizações 2025	-19 457,09 €
Equipamento Abate	-1 060,00 €
Sub total	-15 468,59 €
TOTAL	92 715,24 €

DIREITOS E COMPROMISSOS FUTUROS - 2025

Direitos		Ano previsto
Descrição	Valor	Recebimento
Quotas		
Subsídios		
Rendas		
Outros	411,25 €	2026
Total	411,25 €	
Compromissos		Ano previsto
Descrição	Valor	pagamento
Empréstimos	75 000,00 €	2030
Fab Igreja	52 495,49 €	2026
Fornecedores	3 319,46 €	2026
Estado/outros	65 009,59 €	2026
Outros	38 337,49 €	2026
igfss	25 300,21 €	2026
Total	259 462,24 €	

João de Jesus Soares

 Helena Carreira

 Maria Amélia

 Isabel Guerinio

 António

 António Francisco

CENTRO PAROQUIAL DE ALMANCIL

Nif 505.010.720



Anexo às Demonstrações Exercício 2025

Anexo às Demonstrações Exercício 2025

Índice

Anexo.....	4
1. Identificação da Entidade.....	4
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3. Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
5. Ativos Fixos Tangíveis	9
6. Ativos Intangíveis	11
7. Locações	12
8. Custos de Empréstimos Obtidos	12
9. Inventários	13
10. Rédito	13
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	14
14. Imposto sobre o rendimento	14
15. Benefícios dos empregados	14
16. Divulgação exigidas por outros diplomas legais	14
17. Outras informações	15
17.1 Diferimentos	15
17.2 Caixa e Depósitos bancários	15
17.3 Fundos patrimoniais	15
17.4 Clientes e Utentes	16
17.5 Estado e outros Entes Públicos	16
17.6 Outras contas a Pagar	16
17.7 Outros passivos Financeiros	16
17.8 Subsídios, doações e legados à exploração	17
17.9 Fornecedores	17
17.10 Outras contas a receber	17
17.11 Fornecimentos e Serviços externos	17
17.12 Outros rendimentos	17
17.13 Outros gastos	18
17.14 Resultados Financeiros	18
17.15 Acontecimentos após data de Balanço	18

CENTRO PAROQUIAL DE ALMANCIL
Nif : 505.010.720
Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

ANEXO

1. - Identificação da Entidade

O “Centro paroquial de Almancil” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com sede na Igreja de São Lourenço, na localidade de Almancil, concelho de Loulé. Têm como atividade: Outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990), neste momento dispõe de duas valências, Creche e Pré-escolar. No ano de 2024 têm acordo de cooperação com a Segurança Social para a valência de Creche.

2. - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

De acordo com o novo referencial contabilístico a contabilidade foi executada no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Pressuposto da continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a dar seguimento aos seus projetos.

3.1.2 Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada a informação de modo fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade a Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, pelo que esta pode afetar as decisões tomadas com base nas demonstrações financeiras.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos estes devem ser relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificado, e
- c) Razão para a reclassificação

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.

3.2.0 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto a obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos

- a) A retribuição total paga ou recebida
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidades acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operações dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas são:

Terrenos e recursos naturais	0 anos
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	0 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados na rubrica outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural (não aplicável a esta entidade)

3.2.3 Propriedades de investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou pra venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”. As variações no justo valor das propriedades de investimento. Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedade de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de Investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo. Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, IMI, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração de Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidades acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mesurados com fiabilidade.

São registados como gastos do período as despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização são:

Projetos de desenvolvimento:	3 anos
Programas de computador	3 anos
Outros ativos intangíveis	3 anos

O valor residual de um ativo intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo

Houver um mercado ativo para este ativo

Seja provável que tal mercado exista na final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros (não aplicável a esta entidade)

3.2.6 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo medio ponderado ou o FIFO. Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros (não aplicável a esta entidade)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os Instrumentos Financeiros com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados
 - Alterações no risco segurado
 - Alterações na taxa de cambio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionam com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de cambio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável:

Clientes e outras contas a Receber

Os clientes e outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por imparidade, quando estas se encontrem reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As Perdas por Imparidades são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses de data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidencia objetiva de que se encontra

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e Relato Financeiro para Pequenas Entidades.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em Fornecedores e Outras contas a Pagar, são contabilizadas pelo seu valor normal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51- Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
56 – Resultados Transitados	412.039,25	215.749,51	0,00	627.788,76

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data do relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os Encargos Financeiros são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os encargos Financeiros de Empréstimos Obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há

suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substancia sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do nº 1 do artigo 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio publico

(não aplicável a esta entidade)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos anterior e atual, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ano de 2024

Descrição	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais						
4324-Edifícios	12.981,78					12.981,78
4330-Equipamento básico	89.170,88					89.170,88
4341-Equipamento transporte	3.000,00					3 000,00
Equipamento biológico						
4350-Equip. administrativo	9.962,86					9.962,86
4354-Equip. admin IS		999,99				999,99
4360-Equip. Creche/Jardim inf	58.523,83					58.523,83
4374- Outros ativos fixos tangiv	6.466,75	9.964,00				16.430,75
Total	180.106,10	10.963,99				191.070,09
DEPRECIACÕES acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
4383-Equipamento básico	27136,15	9127,61				36.263,76
4384-Equip. de Transporte	1.687,50	750,00				2.437,50
Equipamento biológico						
4385-Equip. administrativo	6.822,67	926,45				7.749,12

4387 - Outros Ativos fixos tangíveis	27.595,36	8.840,52			36.435,88
Total	63.241,68	19.644,58			82.886,26

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios	12.981,78			12.981,78
4330- Equipamento básico	62.034,73		9.127,61	52.907,12
4341-Equipamento Transporte	1.312,50		750,00	562,50
Equipamento Biológico				
4350-Equipamento Administrativo	3.140,19		926,45	2.213,74
4354-Equip. Admin IS		999,99		999,99
4360- Equip. Creche/Jardim Infan	30.928,47		8.840,52	22.087,95
4374- Outros ativos fixos tangíveis	6.466,75	9.964,00		16.430,75
Total	116.864,42	10.963,99	19.644,58	108.183,83

Ano de 2025

Descrição	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais						
4324-Edifícios	12.981,78					12.981,78
4330-Equipamento básico	89.170,88					89.170,88
4341-Equipamento transporte	3.000,00					3.000,00
Equipamento biológico						
4350-Equip. administrativo	9.962,86					9.962,86
4354-Equip.admin IS	999,99	2.398,50				3.398,49
4360-Equip. Creche/Jardim inf	58.523,83					58.523,83
4374- Outros Ativos fix tangíveis	16.430,75	2.650,00	1.060,00			18.020,75
Total	191.070,09	5.048,50	1.060,00			195.058,59
DEPRECIACÕES acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
4383-Equipamento básico	36.263,76	9.127,61				45.391,37
4384-Equip. de Transporte	2.437,50	562,50				3.000,00
Equipamento biológico						
4385-Equip. administrativo	7.749,12	926,44				8.675,56
4387 - Outros Ativos fixos tangíveis	36.435,88	8.840,54				45.276,42
Total	82.886,26	19.457,09				102.343,35

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
4324-Edifícios	12.981,78			12.981,78
4330-Equipamento básico	52.907,12		9.127,61	43.779,51
4341-Equip. Transporte	562,50		562,50	
Equipamento Biológico				
4350-Equip. Administrativo	2.213,74		926,44	1.287,30
4354-Equip. Admin IS	999,99	2.398,50		3.398,49
4360-Equip. Creche/Jardim Infância	22.087,95		8.840,54	13.247,41
4374-Outros Ativos fixos tangíveis	16.430,75	1.590,00		18.020,75
Total	108.183,83	3.988,50	19.457,09	92.715,24

Propriedades de Investimento
(não aplicável a esta entidade)

6. Ativos intangíveis

Bens do domínio publico

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos intangíveis" do domínio publico:

Sem ativos intangíveis do domínio publico

Outros Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos anterior e atual, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ano de 2024

Descrição	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
CUSTO						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador						
Propriedade industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total						
DEPRECIACÕES acumuladas						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador						
Propriedade industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total						

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
<i>Perdas por imparidade acumuladas</i>				
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computador				
Propriedade industrial				
Outros Ativos intangíveis				
Total				

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature at the top and several smaller initials below it.

Ano de 2025

Descrição	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
CUSTO						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador						
Propriedade industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total						
DEPRECIACÕES acumuladas						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador						
Propriedade industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total						

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
<i>Perdas por imparidade acumuladas</i>				
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computador				
Propriedade industrial				
Outros Ativos intangíveis				
Total				

7. Locações

A Entidade não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira

8. Custos de Empréstimos Obtidos / Outras Dívidas a pagar

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2025		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos bancários						
Contas Caucionadas						
23 – Pessoal Remunerações				783,92		783,92
27001 – Fábrica Igreja Paroq.		75.000,00	75.000,00		75.000,00	75.000,00
27002- Fábrica Igreja Paroq		30.937,29	30.937,29		30.937,29	30.937,29
27003- Fábrica Igreja Paroq		16.061,23	16.061,23		21.558,20	21.558,20
27111- Fornecedores investim.	9.964,00		9.964,00			
27221- Seguros a liquidar	-81,70		-81,70			
27224- Encarg Férias Pessoal	21.258,55		21.258,55	28.368,36		28.368,36
27226- Encarg Seg Soc c/Ferías	4.740,65		4.740,65	6.326,15		6.326,15
278121- Caução MJV	362,68		362,68	362,68		362,68
278218- IGFSS	25.300,21		25.300,21	25.300,21		25.300,21
2782180-Outros - diversos	2.002,93		2.002,93	2.496,38		2.496,38
Total	63.547,32	121.998,52	185.545,84	63.637,70	127.495,49	191.133,19

A 31/12/2023 tinha sido recebido da Segurança social 32.602,56 + 63.414,92, este último montante não correspondendo a valores em dívida e manifestamente sendo valores em duplicado. Tendo sido optado por contabilizar uma parte na conta 278218- IGFSS à espera de regularização. Foi feita uma regularização parcial no mês de janeiro 2024, mas ainda assim ficou um saldo de 25.300,21, de qual foi

pedido explicações ao ISS de Faro e de Lisboa, mas sem termos recebido resposta, nem em 2024, nem em 2025.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2024			2025		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	110.545,84	0,00	110.545,84		0,00	116.133,19
De um a 5 anos						
Mais de 5 anos	75.000,00	0,00	75.000,00	75.000,00	0,00	75.000,00
Total	185.545,84		185.545,84	191.133,19	0,00	191.133,19

9. Inventários

As mercadorias para consumo interno ao 31/12/2025.

Descrição	2025	2024
321- Mercadorias	3.829,14	3.904,19
331- Matérias primas para consumo	794,14	1.165,54
Total	4.623,28	5.069,73

10. Rédito

Não foram reconhecidos Réditos.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No ano de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos				
Garantias a Clientes				
Processos judiciais em curso				
Acidentes de trabalho e doenças prof				
Matérias ambientais				
Contratos onerosos				
Reestruturação				
Provisões específicas do setor				
Outras provisões				
Total	0,00			0,00

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
75114- Instituto da Segurança Social	587.585,95	428.299,26
7521- Autarquias	38.208,80	31.333,99
75111- IEFP	17.188,89	19.600,68
Apoios do Governo		
Total	642.983,64	479.233,93

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio (não aplicável a esta entidade)

14. Imposto sobre o rendimento

A Entidade contabilizou os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
IRC Liquidado s/dep a prazo	2.178,28	
Tributação autónoma	0,00	
Total	2.178,28	

15. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos e sociais deste Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de empregados ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de 27 funcionários

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remuneração aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
6321- Remuneração ao pessoal	397.758,87	349.966,79
Benefícios Pós-emprego		
Indeminizações		
6331- Outros salários/recibos verdes	14.164,49	10.091,18
6352- Encargos sobre remunerações	74.451,74	66.308,42
6362- Seguros acidentes e doenças prof	3.880,81	2.610,29
6371- Gastos de Ação social	353,45	268,10
6382- Outros Gastos c/ Pessoal –Medicina trabalho	1.334,94	1.091,00
6381-Formação	2.693,60	
Total	494.637,90	430.335,78

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 - Diferimentos

Na rubrica “28 - Diferimentos” apresenta os seguintes saldos

Descrição	2025	2024
281- Gastos a reconhecer		
2812-Seguros diferidos	1.680,03	1.354,49
2819- Outras despesas c/gastos diferidos		1.818,84
Rendimentos a Reconhecer		
TOTAL	1.680,03	3.173,33

17.2 – Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas de Caixa e Depósitos Bancários” a 31 de Dezembro de 2025 e 2024 encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
111- Caixa	1.117,83	1.539,59
1201- Depósitos à Ordem	185.001,24	343.521,61
13121- Depósito a prazo	16.000,00	16.000,00
13125- Depósito a prazo	200.000,00	200.000,00
13126- Depósito a prazo	200.000,00	200.000,00
13127- Depósito a prazo	200.000,00	
13128- Depósito a prazo	300.000,00	
TOTAL	1.102.119,07	761.061,20

17.3 – Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Dez-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	412.039,25	215.749,51		627.788,76
Excedente de revalorização				
Outras variações nos fds patrim.				
TOTAL	412.039,25	215.749,51	0	627.788,76

17.4 – Clientes e Utentes

Na rubrica “clientes e utentes” apresentam-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes C/C		
Clientes		
Utentes/clientes	411,25	1.419,99
Clientes e Utentes – Adiantamentos		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes – Cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
TOTAL	411,25	1.419,99

Não existem perdas por imparidades

17.5 – Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica “Estado e outros Entes Públicos” apresenta a seguinte decomposição no ativo e no passivo:

Descrição	2025	2024
ATIVO		
2423- Capitais CA	3,79	1,02
TOTAL ACTIVO		
PASSIVO		
2421- IRS dependentes	1.621,48	1.370,92
2422- IRS independentes		25,47
245 -Segurança Social	9.564,38	7.816,05
Outros	53.823,73	53.823,73
TOTAL PASSIVO	65.009,59	63.036,17

17.6 – Outras Contas a Pagar (passivo corrente)

Na rubrica “Outras contas a pagar” apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2025	2024
27111- Fornecedores investim		9.964,00
27221- Seguros a liquidar		-81,70
272224- Encarg Férias Pessoal	28.368,36	21.258,55
272226- Encarg Seg Soc c/Ferías	6.326,15	4.740,65
278121- Caução MJV	362,68	362,68
278218- IGFSS	25.300,21	25.300,21
2782180-Outros - diversos	2.496,38	2.002,93
23 – pessoal remunerações/penhoras	783,92	
TOTAL	63.637,70	63.547,32

17.7 – Outros passivos Financeiros

Na rubrica “Outros passivos Financeiros” apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2025	2024
TOTAL	0,00	0,00

17.8 – Subsídios, doações e legados à exploração

Na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2025	2024
75311-Doações em dinheiro	3.306,56	3.269,06
75312-Doações em espécie	1.155,41	108,85
75313-Consignação IRS	12.366,32	
TOTAL	16.828,29	3.377,91

17.9 – Fornecedores

Na rubrica “Fornecedores” apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2025	2024
Fornecedores	3.319,46	2.538,33
TOTAL	3.319,46	2.538,33

17.10 – Outras contas a Receber

Na rubrica “Outras contas a receber” apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2025	2024
TOTAL	0,00	0,00

17.11 – Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresenta a seguinte decomposição ao 31 de dezembro:

Descrição	2025	2024
622 – Serviços especializados	20.684,63	13.151,30
623 – Materiais	7.395,09	4.466,06
624 – Energia e fluidos	7.675,54	6.659,90
625 – Deslocações – transportes escolares	1.705,00	701,80
626 – Serviços diversos	12.427,52	10.040,87
TOTAL	49.887,78	35.019,93

17.12 – Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” apresenta a seguinte decomposição ao 31 de dezembro:

Descrição	2025	2024
Venda Energia	416,72	384,05
Outros rendimentos	2,82	
TOTAL	419,54	384,05

17.13 – Outros gastos e Perdas

A rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte decomposição ao 31 de dezembro:

Descrição	2025	2024
IUC s/transportes	72,26	72,26
Imposto Selo	3,06	7,40
Outras e taxas municipais elevador		146,41
TOTAL	75,32	226,07

17.14 – Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares
Os juros obtidos foram contabilizados em outros rendimentos por um valor de 8.713,06 euros
As despesas com o TPA – Multibanco encontra-se na conta 622714 (Serviços especializados) e corresponde a 533,91 euros

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos obtidos		
Juros obtidos	8.713,06	30,50
Outros Rendimentos e similares		
Total	8.713,06	30,50

17.15 – Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Após o encerramento do período, e até a elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação das contas como apresentadas.

Almancil, 24 de março de 2026

O contabilista certificado

Isabel Guerreiro

Alfonso Cardoso

A Direção

[Assinatura]

Para a Igreja São Roque
Sociedade Maria Azeite

Maria Ramos
[Assinatura]

[Assinatura]

Contas transmitidas ao Sr. Bispo do Algarve a:

27/03/2026